



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Eduardo Caetano Tavares

**DISCLOSURE OBRIGATÓRIO E VOLUNTÁRIO EM EMPRESAS COM ATIVOS
BIOLÓGICOS: Estudo de caso na JBS SA.**

Brasília – DF

2015

Professor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana
Decano de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Roberto de Goés Ellery Júnior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Rodrigo de Souza Gonçalves
Coordenador Geral do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de
Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN

Professora Doutora Diana Vaz de Lima
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Doutor Marcelo Driemeyer Wilbert
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

Eduardo Caetano Tavares

**DISCLOSURE OBRIGATÓRIO E VOLUNTÁRIO EM EMPRESAS COM ATIVOS
BIOLÓGICOS: Estudo de caso na JBS SA.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Linha de Pesquisa:Contabilidade e mercado financeiro

Grupo de Pesquisa: Contabilidade Social/ Ambiental.

Orientadora:Professora Dr^a. Fátima de Souza Freire.

Brasília, DF
2015

Eduardo Caetano Tavares

**DISCLOSURE OBRIGATÓRIO E VOLUNTÁRIO EM EMPRESAS COM ATIVOS
BIOLÓGICOS: ESTUDO DE CASO NA JBS SA.**

Comissão Avaliadora:

Professora Doutora Fátima de Souza Freire
(Orientadora)

Professor André Porfirio
(Membro Examinador Externo)

BRASÍLIA
2015

TAVARES, Eduardo Caetano.

DISCLOSURE OBRIGATÓRIO E VOLUNTÁRIO EM EMPRESAS COM ATIVOS BIOLÓGICOS: Estudo de caso na JBS SA /Eduardo Caetano Tavares; Orientação: Fátima de Souza Freire - Brasília, Universidade de Brasília, 2015,34. p.

Orientador (a): ProfaDr^a. Fátima de Souza Freire.

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia) – Ciências Contábeis – Brasília, Universidade de Brasília, 2015.

Bibliografia.

1. *Disclosure*. 2. Ativo biológico. 3. Valor justo. 4. Teoria da legitimidade. 5. Teoria dos *Stakeholders*.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado saúde e força para seguir meu caminho. A Professora Fátima pela competência, perspicácia e pela disponibilidade em me ajudar a fazer o trabalho. Agradeço ao Professor André Porfírio pelas contribuições oportunas e generosas que deu ao meu trabalho enriquecendo-o. Agradeço a minha família em especial as minhas irmãs Ivone e Renata, pela atenção dada e por acreditarem em mim. Agradeço a Professora Micheline M. M. Azevedo Meiners, Professora do departamento de farmácia, por me acolher no projeto Doce Desafio, permitindo uma experiência de interdisciplinaridade. Agradeço ao meu amigo Marcus Allan, pela ajuda nos tempos de calouro. Agradeço meu colega Pedro Marcelo, sempre me ouvindo. Agradeço também minhas colegas Edilene Seles e Lilian Azevedo. Tenham todos, minha eterna gratidão.

"_ A melhor coisa a fazer quando se está triste_ respondeu Merlin, começando a fumar e soltar baforadas_ é aprender alguma coisa. Essa é única coisa que nunca falha. Você pode ficar velho e trêmulo em sua anatomia, pode passar a noite acordado escutando a desordem de suas veias, pode sentir saudades de seu único amor, pode ver o mundo ao seu redor ser devastado por lunáticos malvados ou saber que sua honra foi pisoteada no esgoto das mentes baixas. Só há uma coisa para isso: aprender. Aprender por que o mundo gira e o que o faz girar. Essa é a única coisa da qual a mente não pode jamais se cansar, nem se alienar, nem se torturar, nem temer ou descrer, e nunca sonhar em se arrepender. Aprender é o que lhe resta".

T.H. White em O único e eterno Rei. p.208.

DISCLOSURE OBRIGATÓRIO E VOLUNTÁRIO EM EMPRESAS COM ATIVOS BIOLÓGICOS: Estudo de caso na JBS SA.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral observar como vem sendo evidenciado o *disclosure* obrigatório e voluntário da JBS, tendo como base as demonstrações financeiras e os relatórios de sustentabilidade, respectivamente. A JBS é uma empresa multinacional brasileira de capital aberto. Nesse sentido, o *disclosure* deve ser visto como a difusão de informações que as empresas promovem para ajudar os usuários da informação na tomada de decisão. Soma-se a isso, a busca das empresas em ter uma imagem positiva perante a sociedade, é o que estuda a teoria da legitimidade e também perante os grupos de interesse, é o que defende a teoria dos *stakeholders*. Desse modo, foram analisadas as notas explicativas referentes a ativos biológicos da JBS, tendo como suporte o CPC 29 (2009), que trata de ativos biológicos. Também foram analisadas as notas explicativas referentes valor justo tendo como base o CPC 46. Usou-se a técnica de análise de conteúdo e a revisão documental e bibliográfica para construir o estudo de caso. Verificou-se que a implantação do CPC 29 (2009) aperfeiçoou o *disclosure* obrigatório na medida em que a empresa passou a segregar as informações dos ativos biológicos que são mensurados a valor justo dos que são mensurados a custo. Já no *disclosure* voluntário observou-se que mesmo tendo prejuízo no ano de 2010, a JBS reportou mais informações aos investidores e que foi nesse exercício que aconteceu a compra de debêntures da empresa pelo BNDES.

Palavras chave: *Disclosure*. Ativo biológico. Valor justo. Teoria da legitimidade. Teoria dos stakeholders.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERÊNCIAL TEÓRICO	13
2.1 Teoria da Legitimidade e Teoria dos stakeholders.....	13
2.2 Disclosure Obrigatório e Disclosures Voluntários.....	15
2.3 CPC 29 e Valor Justo em Disclosures Obrigatórios.....	15
2.4 Disclosure Voluntário - Relatório de Sustentabilidade	18
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
3.1 Estudo de Caso: JBS	20
3.2 Aspectos Metodológicos	21
4 ANÁLISE DE RESULTADOS	23
4.1 Disclosure Obrigatório	23
4.2 Disclosure Voluntário tendo como base os Relatórios Anuais e os Relatórios de Sustentabilidade	28
5 CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS.....	31
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	32

1 INTRODUÇÃO

Com a junção de esforços e harmonização de objetivos, o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) surge para promover a convergência internacional das normas contábeis, para centralizar a emissão de normas de natureza contábil e também para representar o processo democrático na produção de informações no Brasil (CPC, 2015). Nesse contexto, refletindo o que está estabelecido no IAS-41 (*International Accounting Standards*) Agriculture é criado o CPC 29 ativos biológicos e produto agrícola no ano de 2009, que objetiva estabelecer o tratamento contábil e as respectivas divulgações relacionadas aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas.

O CPC não tem caráter obrigatório para as entidades. No contexto do CPC 29 é a deliberação nº 596 de 2009 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tornam compulsório para as empresas de capital aberto e as empresas de grande porte cumprir as orientações do pronunciamento (CARVALHO *et al*, 2013). Entre as determinações do CPC 29, destaca-se a de ter que mensurar os ativos biológicos a valor justo. De forma complementar, as orientações do CPC 46 que trata do tema mensuração do valor justo. Este CPC considera a mensuração a valor justo aquela que é baseada em mercado e não em uma mensuração específica estipulada pela entidade.

O CPC 29 tem sua importância ao compor o *disclosure* obrigatório, em que são evidenciadas informações previstas em lei. Contudo, a contabilidade não se faz só de informações desse cunho. Há outra vertente de relatório, o *disclosure* voluntário que é representado neste artigo na figura dos relatórios de sustentabilidade e nos relatórios anuais. O termo *disclosure* está correlacionado à transparência, de modo que a divulgação de informações das empresas para os *stakeholders* serve para auxiliá-los na tomada de decisão (PENHA, 2014). Nesta concepção, o *disclosure* deve ser visto como um elemento que as empresas usam para legitimar-se perante a sociedade.

A teoria da legitimidade procura estudar a relação entre as empresas e a sociedade, devido ao fato de defender que há um contrato firmado entre ambas (DIAS FILHO, 2007). Nesse ambiente de interação social, é através dos relatórios compulsórios e voluntários que as empresas procuram se legitimar no meio social (BEUREN; GUBIANI; SOARES, 2013). Soma-se a isso, o fato de a teoria dos *stakeholders* chamar atenção para o advento da atividade dos grupos de interesses, externos ou internos às organizações, que vem tendo um

peso no cenário organizacional, de tal forma que a comunicação com os *stakeholders* se relaciona intimamente com os valores morais e sociais das organizações (CAMPOS, 2006; NORO *et al* 2010).

Dessa forma, a relação entre *disclosure*, teoria da legitimidade e teoria dos *stakeholders* se harmonizam na medida em que as empresas precisam lidar com a demanda dos usuários, ajustando as atitudes empresarias ao que é legítimo para o meio em que ela está inserida. Portanto, ser o mais transparente possível se torna um diferencial competitivo em face da teoria da legitimidade e dos *stakeholders*.

Em decorrência da importância que o *disclosure* tem nas organizações e na sociedade seja ele o voluntário ou o obrigatório é que se procurou fazer o estudo de caso tendo como objeto de estudo a JBS que é uma empresa brasileira com capital aberto na Bolsa de Valores e Mercadorias e Futuros de São Paulo. Segundo o relatório da administração a empresa no exercício de 2014 atingiu mais de R\$ 120 bilhões em vendas, um crescimento de 30% se comparado ao ano anterior, o que a torna a maior empresa privada brasileira em faturamento e a segunda maior empresa de alimentos do mundo.

Em face disso procurou-se concatenar o CPC 29, o CPC 46, os *disclosures*, bem como as teorias da legitimidade e dos *stakeholders* como sustentação da pesquisa. Tendo como objeto de estudo a JBS, que devido a sua dimensão e seu protagonismo fomenta o interesse dos diversos grupos da sociedade. Diante disso, surge a seguinte problemática: Quais aspectos contábeis, no que diz respeito ao CPC 29, e socioambientais, no que se destina para os *stakeholders*, vêm sendo evidenciados pela JBS em seus relatórios voluntários e obrigatórios?

O trabalho tem como objetivo geral: observar como vem sendo evidenciado o *disclosure* obrigatório e voluntário da JBS, tendo como base as demonstrações financeiras e os relatórios de sustentabilidade, respectivamente. Os objetivos específicos são dois. Primeiro é mostrar o que mudou em relação à evidenciação dos ativos biológicos antes, no decorrer e depois da criação do CPC 29. O segundo é identificar, quais *stakeholders* tem tido prioridade nos relatórios de sustentabilidade.

Para analisar o *disclosure* obrigatório foram analisadas as notas explicativas dos balanços patrimoniais referentes aos anos de 2007 a 2014, já para averiguar o *disclosure* voluntário foram analisados os relatórios de sustentabilidade de 2007 a 2014. Exceto os de 2009 e 2014, que não foram disponibilizados no sitio da empresa.

O trabalho está dividido em cinco seções. Depois desta introdução, a segunda seção é o referencial teórico em que é apresentada a teoria da legitimidade e a teoria dos *stakeholders*,

os *diclosures* obrigatório e voluntário e as orientações estabelecidas no CPC 29 e no CPC 46. Na terceira seção são apresentados os procedimentos metodológicos, em que se descrevem as técnicas usadas. Na quarta seção são abordadas as análises dos resultados. Por fim, são apresentadas as conclusões e perspectivas.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria da Legitimidade e Teoria dos *stakeholders*

Em busca de uma imagem positiva perante o meio em que estão inseridas, as empresas procuram alinhar seus objetivos ao que é considerado válido pela sociedade. Nesse contexto, surgem os grupos de interesse que podem ser internos ou externos as organizações os chamados *stakeholders*. Em face disso, a teoria da legitimidade busca estudar essa interação entre as práticas de evidenciação e os anseios da sociedade. Já a teoria dos *stakeholders* estuda o cuidado que as organizações vêm tendo com os já mencionados grupos de interesse.

Em relação à teoria da legitimidade, esta começou a ser desenvolvida na Ciência Política, procurando deste modo, analisar a legitimidade de organizações políticas. Embora, essa tipologia não se relaciona diretamente com a evidenciação contábil é possível correlacioná-las porque, tanto a teoria da legitimidade quanto a evidenciação contábil têm como premissa a transparência e a comunicação com a sociedade (BEUREN; GUBIANI; SOARES, 2013). Desse modo, a teoria da legitimidade tem sido utilizada ultimamente como uma forma de explicar e compreender a crescente prática de evidenciação voluntária no meio contábil.

Nesse sentido, toda entidade está inserida num contexto organizacional e social, em que para se manter estável é preciso atuar com racionalidade e segurança. Para isso, é necessário estar alerta às pressões, críticas e avaliações que a sociedade exerce. Nesse cenário, é por meio dos relatórios compulsórios e voluntários que as organizações procuram se legitimar ou se manterem legítimas perante a sociedade. Logo, quando ocorre uma situação inesperada que afeta a imagem organizacional se verifica o ímpeto da organização em recuperar-se usando mecanismos de evidenciação (BEUREN; GUBIANI; SOARES, 2013).

Assim, pressupõe-se que as demonstrações contábeis têm a função de um documento de cunho social, econômico e até mesmo político. Nessas circunstâncias, pode se dizer que a contabilidade e a teoria da legitimidade caminham juntas porque, assim como a contabilidade evolui à medida que a sociedade se desenvolve, a teoria legitimidade também se altera devido ao fato de que os conceitos do que é legítimo, hoje para a sociedade pode não ser os mesmos num futuro próximo (GARCIA; PELEIAS; PETERS, 2014).

Desse modo, recai sobre os gestores uma responsabilidade e uma sensibilidade maior que é conseguir fazer uma leitura do meio social, interpretar o que as comunidades pensam da organização (GARCIA; PELEIAS; PETERS, 2014). Para que assim possa escolher a melhor

forma de evidenciação das informações, procurando recuperar, ou manter a legitimidade da entidade, para que essa possa perdurar no ambiente organizacional.

Por conseguinte, a teoria da legitimidade está amparada na ideia da existência de um acordo, de um contrato social entre a sociedade e a empresa, em que é demonstrado às intenções de como a empresa vai atuar no meio (DIAS FILHO, 2007). Contudo, em face da teoria da legitimidade, é a sociedade quem fornece para as organizações o estado de legitimidade, tendo deste modo o poder de conferir e quebrar este estado.

Logo, compete às empresas se organizarem de modo a dar atenção ao ambiente que circunda a empresa e procurar, na medida do possível, se adaptar aos preceitos do que é legítimo e legal para o meio político, econômico, social e cultural. Para que assim possa melhorar de forma constante e evoluir por meio das condutas manifestadas e desejadas pela sociedade.

Nesse processo, de busca de legitimação e controle da imagem que a sociedade tem da organização, é que surge a prática do *disclosure* narrativo. Momento em que as entidades evidenciam por meio de vários relatórios, suas informações para os usuários da informação (GARCIA; PELEIAS; PETERS, 2014). Essa forma de divulgação é bastante ampla, podendo a empresa fazer uso de relatórios da administração, notas explicativas, balanço social, informações em quadros e tabelas.

No que concerne à teoria dos *Stakeholders*, vale pontuar que é uma das tendências da responsabilidade social que envolve as atividades de caráter voluntário, que tem como objetivo desenvolver o bem-estar para os *stakeholders* internos ou externos a organização. As empresas promovem o bem-estar para esses agentes através das ações socioambientais movimentando uma série de fatores econômicos, entre eles, destacam-se bens, serviços e lucros (CALIXTO, 2012).

Entende por *stakeholders* os grupos de usuários que afetam diretamente, ou indiretamente os interesses de uma determinada empresa (LYRA; GOMES; JACOVINE, 2009). Nesse sentido, pode se considerar que os *stakeholders* têm interesses que estão contidos na atividade da organização. Vale destacar, que os *stakeholders* têm peso próprio no contexto organizacional não sendo apenas uma ferramenta para atender as vontades e ânsias dos demais agentes que compõem o ambiente da entidade (CAMPOS, 2006).

Logo, para que as entidades possam agir de acordo com seus valores morais e com prudência no desenvolvimento de sua atividade empresarial é preciso que haja a comunicação e o compromisso com os *stakeholders* (NORO *et al*, 2010). Por isso, cada vez mais se vê no

ambiente corporativo a busca de legitimidade perante a sociedade. Nesse processo, o diálogo com os *stakeholders* toma uma dimensão que pode repercutir na legitimidade das empresas.

2.2 Disclosure Obrigatório e Disclosures Voluntários

Na contabilidade, o termo *disclosure* está associado à difusão de informações de cunho econômico e financeira para os *stakeholders*, com a finalidade de auxiliá-los no processo de tomada de decisão. Essas informações são disponibilizadas através das demonstrações contábeis, notas explicativas ou através de quadros, gráficos, suportes que permitam ao usuário fundamentar suas conclusões (PENHA, 2014; SILVA; PINHEIRO, 2012).

Em outras palavras, *disclosure* são dados que as empresas tornam públicos por meio de diversos canais como via internet ou através de jornais, revistas (PENHA, 2014), de modo que no meio empresarial este conjunto de informações está diretamente ligado ao conceito de transparência (LIMA, 2012).

Nesse sentido, valem destacar os dois tipos de *disclosure* existentes: *disclosure* obrigatório e *disclosure* voluntário. No obrigatório são evidenciadas as informações periódicas, ou não, previstas em leis; no voluntário são evidenciadas as informações qualitativas e/ou quantitativas de caráter não compulsório, mas que ao serem divulgadas demonstram uma maior transparência das empresas no meio empresarial e social (LIMA, 2007).

2.3 CPC 29 e Valor Justo em Disclosures Obrigatórios

De acordo com o CPC 29 (2009, p.3) “ativo biológico é um animal e/ou planta, vivos”. Além de definir o que é ativo biológico, o CPC 29 orienta quanto a melhor forma de reconhecimento e mensuração desses ativos. Contudo, esse pronunciamento não trata do processamento dos produtos agrícolas após a colheita. Para melhor entendimento desta distinção vide quadro 1.

Quadro 1-Distinção entre ativos biológicos, produto agrícola e produtos resultantes do processamento após a colheita.

ATIVOS BIOLÓGICOS	PRODUTO AGRÍCOLA	PRODUTOS RESULTANTES DO PROCESSAMENTO APÓS A COLHEITA
Carneiros	Lã	Fio, tapete
Árvores de uma plantação	Madeira	Madeira serrada, celulose.
Plantas	Algodão	Fio de algodão, roupa.
	Cana Colhida	Açúcar e álcool.
	Café	Café limpo, em grão, moído e torrado.
Gado de leite	Leite	Queijo
Porcos	Carcça	Salsicha, presunto
Arbusto	Folhas	Chá, tabaco
Videiras	Uva	Vinho
Árvores frutíferas	Fruta colhida	Fruta processada

Fonte: CPC 29 (2010)

Sendo assim, a partir do plantio de uma planta e do nascimento de um animal, até a colheita e abate respectivamente, o bem deve ser considerado para fins contábeis um ativo biológico. Após a colheita da planta e do abate do animal o bem passa a ser reconhecido como um produto agrícola e desse modo deve permanecer até sofrer um processamento (CARVALHO *et al*, 2013). Agora, quanto à forma de reconhecimento o CPC 29 determina três condições:

- a) “controla o ativo como resultado de eventos passados”;
- b) “for provável que benefícios econômicos futuros associados com o ativo fluirão para a entidade”;
- c) “o valor justo ou o custo do ativo puder ser mensurado confiavelmente”. (CPC 29, 2009, p. 4)

Conforme esclarece o CPC 29, a primeira condição acontece quando se tem o registro de propriedade de um animal que pode ocorrer quando o animal nasce, ou quando é comprado. Na segunda condição os benefícios econômicos devem ser decorrentes da mensuração de atributos físicos relevantes. Por fim o CPC 29(2009, p.5) determina que a mensuração do valor justo ocorra “menos às despesas de venda no reconhecimento inicial e no final de cada período de competência”.

Entretanto, no que concerne a mensuração a valor justo dos ativos biológicos o CPC 29 determina uma exceção, que são os casos em que não é possível mensurar o valor justo de forma confiável. Sendo assim, na ausência de confiança, o CPC 29 permite mensurar o bem

pelo custo retirando a depreciação e as perdas por irrecuperabilidade acumuladas até que se possa em outro momento mensurá-lo a valor justo. Contudo, caso a empresa mesure o bem pelo valor justo, este deve permanecer como tal até a sua venda.

De forma adicional, vale reportar-se ao CPC 46 (2012, p.3) em que este define valor justo como “o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entres os participantes do mercado na data de mensuração”.

Além da definição de valor justo este pronunciamento também estipulou as hierarquias de valor justo classificando-as em três níveis.

- a) No nível 1 são as informações de preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. (CPC 46, 2012, p.15)
- b) No nível 2 são as informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1. (CPC 46, 2012, p.16)
- c) No nível 3 os dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis. (CPC 46, 2012, p.17)

Desse modo, a hierarquia de mensuração do valor justo é estabelecida em função das disponibilidades de informações para estimar a avaliação. Nesse sentido, o nível 1 é usado quando existe um mercado ativo, em que os preços podem ser facilmente acessados pela entidade; o nível 2 ocorre quando não há um mercado ativo, entretanto é possível suprir essa falta de informação com outras informações sendo desse modo possível estimar o valor justo do ativo; o nível 3 ocorre quando não existe mercado e além disso as informações são precárias ou simplesmente não existem, dificultando estimar o valor justo (LUSTOSA, 2010).

Para Lustosa (2010) os níveis 2 e 3 tornam a informação muito subjetiva, devido às incertezas, o que dá espaço para dúvidas sobre a justiça do valor calculado. Dessa forma, caso uma empresa julgue que não existe um mercado confiável para mensurar a valor justo, pode a entidade avaliar seus estoques pelo custo de formação (CARVALHO *et al*, 2013). Entretanto, o CPC 29 exige que se use o reconhecimento a valor justo para ativos biológicos que tenham mercado ativo.

Quanto ao CPC 29, vale destacar que ele orienta que os ganhos ou perdas decorrentes de alterações no valor justo menos as despesas de venda do ativo biológico devem ser registradas no exercício em que ocorreram. O ganho pode originar-se no reconhecimento inicial do Ativo Biológico. Já a perda pode ocorrer no reconhecimento inicial do ativo biológico devido às despesas de vendas serem deduzidas na determinação do valor justo.

Em relação à divulgação vale destacar as seguintes orientações, a entidade deve fornecer uma descrição de cada grupo do ativo biológico, a divulgação pode ser de forma quantitativa, ou dissertativa. Na descrição dos grupos deve haver uma distinção entre os consumíveis e de produção, exemplo de consumíveis, plantação de milho, laranja, soja. Exemplo de produção, gado leiteira, vinhas, pomares estes produtos são auto-renováveis.

2.4 Disclosure Voluntário - Relatório de Sustentabilidade

No *disclosure* de uma empresa não são divulgadas para o usuário somente as informações que são regulamentadas por lei, mas toda e qualquer informação que possa ser relevante para a tomada de decisão dos *stakeholders* (LIMA, 2007).

As ações de caráter voluntário vêm cada vez mais ganhando destaque no cenário nacional, pois elas visam promover o bem-estar dos *stakeholders* tanto os que fazem parte da atividade organizacional quanto os que acompanham de fora. As empresas fazem isso através das ações socioambientais (CALIXTO, 2013). Assim, o que se observa é que as entidades passaram cada vez mais a integrar o desenvolvimento sustentável em sua política interna. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável infere um modelo de desenvolvimento que proporcione qualidade de vida para as gerações atuais e futuras sem destruir o meio ambiente (BELLEN, 2004).

Para Bellen (2004) por se tratar de um processo contínuo e complexo, atualmente há várias correntes que procuram esclarecer sobre o conceito de sustentabilidade. O que gera uma ampla gama de conceitos. O já citado autor reporta ao documento “*world’s conservation strategy*” divulgado pela *International Union for the Conservation of Natural Resources* no qual defende para que haja desenvolvimento sustentável é preciso ser considerada a dimensão social, ecológica e econômica da empresa, além da interação com os recursos vivos e não vivos.

Logo, as empresas têm que cada vez mais que se adequar aos aspectos socioambientais para se tornarem legítimas no espaço em que estão inseridas. Apesar de que para Bellen (2004) as instituições têm reagido na contramão da dinâmica socioambiental, relutando em reconhecer que mudanças estejam ocorrendo. Contudo, destaca-se que os aspectos do desenvolvimento sustentável vêm instigando e desafiando as organizações atualmente.

Para Bassetto (2010) independentemente da estrutura de produção de uma empresa, ela deverá ter um objetivo que deve ser inerente a setores semelhante ou não centrado no

conceito de sustentabilidade. Assim, as empresas devem prestar contas de suas atividades não somente aos acionistas, mas também a uma ampla gama de usuários.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Estudo de Caso: JBS

Antes de citar os aspectos metodológicos, serão apresentadas as características da empresa, que serviu de estudo de caso. A JBS S.A é uma empresa anônima de capital aberto, que compõem o chamado Novo Mercado, que é um novo modelo de governança corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA). A origem da JBS remonta a década de 50 quando o seu fundador, José Batista Sobrinho, construiu na cidade de Anápolis, em Goiás, a Casa de Carnes Mineira, processando cinco cabeças de gado por dia (JBS, 2015). Nesse período, da década de 50, os negócios expandiram para Brasília, animados com a isenção tributária dada pelo Presidente Juscelino Kubitschek aos fornecedores de Brasília (TODESCHINI; RIBEIRO; SALOMÃO, 2015).

Com o desenvolvimento dos negócios, na década de 60 a empresa investiu na área de frigoríficos, na criação e abate de animais, nesse período já usando a marca Friboi, a JBS só surgiu em 2006. A sigla faz uma alusão às primeiras letras do nome do fundador da empresa “José Batista Sobrinho” (TODESCHINI; RIBEIRO; SALOMÃO 2015; TEIXEIRA; CARVALHO; FELDMANN, 2010).

No ano de 2007 a empresa inovou e se tornou a primeira empresa no setor de frigorífico a abrir capital na Bolsa de Valores no Brasil. Nesse mesmo ano, a empresa expandiu seu processo de internacionalização adquirindo unidades nos Estados Unidos e Austrália (JBS, 2015). Em 2009 a empresa adquiriu o segundo maior frigorífico do Brasil, o Bertin. Em 2013 adquire a Seara Brasil e se consolidou como líder global no processamento de aves (JBS, 2015).

A empresa é líder mundial em processamento de carne bovina, ovina e de ave, além de ter uma forte presença na produção de carne suína. Com os seus mais de duzentos mil funcionários distribuídos nas trezentos e quarenta unidades de produção ao redor do mundo a JBS é referência nas áreas de alimentos, couro, biodiesel, colágeno, embalagens metálicas e produtos de limpeza (JBS, 2010).

O estudo de caso visa analisar o *disclosure* obrigatório e voluntário no contexto organizacional da JBS. Sua importância reside no fato de apresentar para os diversos atores sociais uma nova abordagem desta multinacional brasileira. A escolha da JBS se deu devido a sua importância no cenário nacional e internacional e também devido a projeção pública que vem adquirindo, seja no meio publicitário, seja nos noticiários políticos e econômicos. Além

disso, outros fatores condicionaram a escolha da JBS para o estudo, tais como o seu pioneirismo na Bolsa de Valores, a sua significância como multinacional brasileira e os impactos que a sua atividade exerce no meio econômico, ambiental, social e político.

Assim, é importante que a sociedade conheça a empresa por outro viés e que dessa forma, possa legitimá-la de acordo com os seus princípios. Para as empresas, o estudo de caso serve de parâmetro para aperfeiçoar seus modelos de gestão no que concerne aos dois processos de *disclosure*. Para a academia, o estudo serve como uma ponte capaz de associar teoria e prática, aprofundando ainda mais o debate em torno do tema *disclosure*.

3.2 Aspectos Metodológicos

O trabalho se caracteriza como um estudo de caso, por ter como objeto de estudo uma unidade a ser analisada de forma isolada e aprofundada. Usou-se como procedimento técnico, a coleta e análise de documentos, tais como as demonstrações financeiras dos anos de 2007 a 2014 disponibilizadas no sítio da empresa, servindo assim de base para compor o *disclosure* obrigatório.

Para analisar o *disclosure* voluntário, foram observados os relatórios anuais referentes aos anos de 2007 a 2010 e os relatórios de sustentabilidade dos anos de 2011 a 2013. Vale destacar, que não foram encontrados no sítio da empresa os *disclosures* voluntários de 2009 e 2014. O ano de 2007 foi escolhido como ponto de partida devido ao fato de ser o ano em que a empresa abriu seu capital na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&F BOVESPA).

A pesquisa é caracterizada como bibliográfica por ser elaborada a partir de material já publicado. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica tem como finalidade colocar o pesquisador em contato com todos os eventos do tema estudado, proporcionando um novo olhar sobre o assunto. A pesquisa também é documental por que tem como característica a fonte de dados, que está delimitada a análise de documento. Utilizou-se como técnica de pesquisa a análise de conteúdo que é caracterizada por um conjunto de técnicas de análise de comunicação objetivando contornar as incertezas e engrandecer a leitura dos dados que foram coletados na pesquisa.

O *checklist* quadro 2 foi usado para verificação do *disclosure* obrigatório é uma adaptado de Carvalho (2014), composto de nove questões que foram elaboradas a partir das orientações que constam no CPC 29 e no CPC 46. Verificou-se a observância das questões em todos os relatórios disponibilizados. Como legenda usou-se os símbolos N/E (não evidenciado) para práticas estipuladas pelo CPC 29 ou 46, mas não aplicadas em sua

plenitude, N/A (não aplicado) para práticas não aplicadas pelo motivo de não fazer parte da atividade da empresa, ou pelo fato do exercício social ser anterior ao CPC 29 ou CPC46, em que não havia a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e por consequência a não obrigatoriedade de observação dos itens apresentados pelo CPC. Por fim, o símbolo E (evidenciado) para as práticas evidenciadas conforme os CPC 29 e 46.

O quadro 3 e 4 foi elaborado a partir das informações que constam nas notas explicativas selecionando as formas de avaliação dos ativos biológicos no decorrer dos exercícios sociais estudados. Para elaborar o gráfico 1 foram feitos os seguintes procedimentos: dividiram-se os valores dos ativos biológicos avaliados pelo custo e os ativos biológicos avaliados a valor justo pelo ativo total consolidado obtendo a proporção apresentada no gráfico ao longo dos anos.

Os dados usados para apresentar o gráfico 2 foram coletados nos relatórios anuais e nos relatórios de sustentabilidade. Verificou-se o número de páginas destinadas a cada grupo de *stakeholders* da JBS que são clientes, fornecedores, colaboradores, governos, investidores, imprensa e comunidade. Vale destacar, que essa técnica de contagem de páginas vem sendo utilizada no meio acadêmico para estudos voltados a *disclosure* voluntário pelos seguintes pesquisadores Beck, Campbell, Shrives (2010) e também por Gray, Owen e Adms (2010).

A análise de conteúdo pode ser feita de várias maneiras. Contudo, tem se destacado duas abordagens a mecanicista e interpretativa. A primeira é caracterizada por desagregação de narrativas, descrevendo o conteúdo de cada narrativa; a segunda capta os dados por contagem de palavras, contagem de frases ou de páginas estabelecendo a frequência de divulgação (BECK; CAMPBELL; SHRIVES, 2010).

O quadro 5 foi organizado tendo como base as demonstrações financeiras de 2007 a 2014. Procurou-se associar o gráfico 2 e o quadro 5, ou seja, verificou-se o lucro ou prejuízo da empresa tem ligação com a atenção dada aos *stakeholders* nos relatórios de sustentabilidade, por meio de número de páginas.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 Disclosure Obrigatório

O quadro abaixo compreende o *disclosure* obrigatório da JBS, o *checklist* foi elaborado a partir das orientações que constam no CPC 29 e no CPC 46. As questões levantadas foram verificadas no decorrer dos exercícios de 2007 a 2014. A sigla N/A(não se aplica) foi utilizada para práticas não disponibilizadas pelo fato de ser anterior a existência do CPC 29 ou 46. A sigla N/E (não evidenciado) foi utilizada para as práticas orientadas pelo CPC 29 ou 46,mas não seguidas em sua plenitude. Por fim a sigla E (evidenciado) foi utilizado pra os itens recomendados pelo CPC 29 ou 46 e evidenciadas pela empresa.

Quadro 2– Checklist de análise das informações da mensuração a valor justo e custo.

Checklist		Empresa JBS							
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
A	Divulgação do nível de hierarquia de valor justo. (Nível 1, 2 ou 3).	N/A	N/A	N/A	E	E	E	E	E
B	Divulgação das técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos.	N/A	N/A	N/A	E	E	E	E	E
C	A empresa divulga o efeito das mensurações sobre o resultado do período ou outros resultados abrangentes para o período, para mensurações que utilizem o Nível 3.	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
D	Demonstração sobre as razões das escolhas adotadas nos critérios de mensuração do valor justo dos ativos biológicos	N/A	N/A	N/A	E	E	E	E	E
E	A entidade divulga as mudanças físicas resultantes de transformações biológicas, tais como crescimento, degeneração, procriação e produção.	N/A	N/A	N/A	N/E	E	E	E	E
F	A empresa descreve a quantidade de cada grupo de ativos biológicos.	N/A	N/A	N/A	N/E	N/E	N/E	N/E	E
G	A empresa distingue os grupos de ativos biológicos em consumíveis e de produção.	N/A	N/A	N/A	N/E	N/E	N/E	N/E	N/E
H	Fornecimento de informações dos ativos biológicos mensurados a custo.	N/A	N/A	N/A	N/E	N/E	N/E	N/E	N/E
I	Justificativas sobre os motivos que levaram a mensurar os ativos com base no custo.	N/A	N/A	N/A	E	E	E	E	E

Fonte: Carvalho (2014) com adaptações.

Em relação ao item A, na mensuração do valor justo a empresa divulga os níveis hierárquicos de avaliação desde o exercício de 2010. Devido às operações com instrumento

financeiro isso tendo como base o (*International Financial Reporting Standards*) IFRS 7- *financial instruments: disclosure*, que trata de instrumentos financeiros e *disclosure*. Vale pontuar que o CPC 46 é de 2012, logo sua obrigatoriedade é referente ao ano de 2013. Contudo, a empresa evidencia esse tipo de informação desde 2010.

No item Bas técnicas de avaliação usadas para mensurar os ativos biológicos a valor justo estão disponíveis a partir das demonstrações de 2010. No item C verificou-se nas demonstrações que a JBS não usa o nível 3 de mensuração. Nas notas explicativas a empresa deixa evidente que o motivo que a faz usar a mensuração a valor justo nos ativos biológicos é existência de mercado ativo é o que foi constatado no item D.

No que concerne ao item E, nos anos de 2011 a 2014 foram evidenciadas informações sobre morte e nascimento dos ativos biológicos, entretanto a empresa não menciona informações sobre crescimento ou degeneração. No ano de 2010, a empresa não evidenciou nenhum tipo de transformação biológica e nos exercícios de 2007 a 2009 não havia aplicabilidade desse tipo de informação.

No que tange ao item F, que procura verificar a quantidade de cada grupo de ativos biológicos, apenas em 2014 foi divulgada esta informação. Nos anos de 2010 a 2013 nenhuma quantidade foi evidenciada. Com respeito aos anos de 2007 a 2009, essa informação não era aplicada.

Sobre o item G, que trata da distinção entre ativos consumíveis e de produção, verificou-se que a empresa não divulgou nos anos de 2010 a 2014 esse tipo de informação. Entretanto, observa-se que a empresa evidencia para grupos como frangos, a distinção entre circulante e não circulante.

No grupo circulante são evidenciados os ativos destinados à comercialização, ou seja, os ativos consumíveis e no grupo não circulante são divulgadas informações sobre os ativos que são destinados a procriação, o que os caracterizam como de produção. Assim, a empresa separa os ativos entre o grupo circulante e não circulante ao invés dos termos produção e consumíveis. Esta distinção entre circulante e não circulante começou a ser evidenciada pela JBS a partir do exercício de 2012.

Com respeito ao item H, fornecimento de informações dos ativos biológicos mensurados a custo, a empresa não divulga todos os itens apresentados no CPC 29. O normativo orienta que sejam divulgados os seguintes itens:

- a) “uma descrição dos ativos biológicos”;
- b) “uma explicação da razão pela qual o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável”;

- c) “se possível, uma faixa de estimativas dentro da qual existe alta probabilidade de se encontrar o valor justo”;
- d) “o método de depreciação utilizado”;
- e) “a vida útil ou a taxa de depreciação utilizada”;
- f) “o total bruto e a depreciação acumulada (adicionada da perda por irrecuperabilidade acumulada) no início e no final do período”. (CPC 29; 2009 p.11)

Dentre os itens anteriores, observou-se que a empresa não divulgou o método de depreciação (item d), a vida útil ou a taxa de depreciação utilizada (item e) e o total bruto e a depreciação acumulada no início e no final do período (item f). O que se observa nas notas explicativas dos anos de 2012 a 2014 que ao invés da depreciação como o salienta o CPC 29, a empresa tem usado a amortização como alocação sistemática dos ativos biológicos. Contudo, a empresa divulga uma descrição dos ativos biológicos mensurados pelo custo (item a) e salienta o motivo que a levou usar esse método de mensuração (item b).

Quanto ao item I que aborda as justificativas sobre os motivos que levaram a empresa a mensurar os ativos pelo custo. Vale destacar, que a empresa começou a evidenciar esse tipo de informação somente a partir do ano de 2010, nos anos anteriores apesar da empresa utilizar o custo para mensurar todos os ativos biológicos, ela não justificava os motivos que a fizeram utilizar o custo como forma de mensuração. Logo, o CPC 29 contribui com *disclosure* obrigatório na medida em que a empresa passou a segregar as informações dos itens que compõem o ativo biológico, bem como a distinguir os grupos que são mensurados pelo custo dos que são mensurados a valor justo.

No quadro 3 e 4 é apresentada a forma de avaliação dos ativos biológicos da JBS dos anos de 2007 a 2010 e dos anos de 2011 a 2014 os dados foram extraídos das notas explicativas.

Quadro 3- Forma de avaliação dos ativos biológicos.

Empresa JBS				
Produto agrícola	2007	2008	2009	2010
	Forma de Avaliação	Forma de Avaliação	Forma de Avaliação	Forma de Avaliação
Frango/USA	custo	custo	custo	custo
Gado/USA	custo	custo	custo	custo
Porco/ cordeiro/USA	custo	custo	custo	custo
Aves e ovos/USA	-	-	-	-
Gado/Brasil	custo	custo	custo	Valor de mercado
Frango/Brasil	-	-	-	-
Porco/Brasil	-	-	-	-
Ovinos/Brasil	-	-	-	-
Aves e ovos/Brasil	-	-	-	-
Culturas temporárias/Brasil	custo	custo	custo	custo
Gado/Itália	-	-	-	Valor de mercado
Gado/Argentina	-	-	-	Valor de mercado
Gado/JBS USA na Austrália	-	-	-	custo
Porco cordeiro/JBS USA na Austrália	-	-	-	custo

Fonte: Carvalho (2014) com adaptações.

Quadro 4- Forma de avaliação dos ativos biológicos

Empresa JBS				
Ativo biológicos e Produto agrícola	2011	2012	2013	2014
	Forma de Avaliação	Forma de Avaliação	Forma de Avaliação	Forma de Avaliação
Frango/USA	custo	custo	custo	custo
Gado/USA	custo	custo	custo	custo
Porco/ cordeiro/USA	custo	custo	custo	custo
Aves e ovos/USA	-	-	-	custo
Gado/Brasil	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
Frango/Brasil	-	custo	custo	custo
Porco/Brasil	-	-	custo	custo
Ovinos/Brasil	-	-	-	custo
Aves e ovos/Brasil	-	-	-	custo
Culturas temporárias/Brasil	custo	custo	custo	custo
Gado/Itália	-	-	-	-
Gado/Argentina	Valor de mercado	-	-	-
Gado/JBS USA na Austrália	custo	custo	-	-
Porco cordeiro/JBS USA na Austrália	-	-	-	-

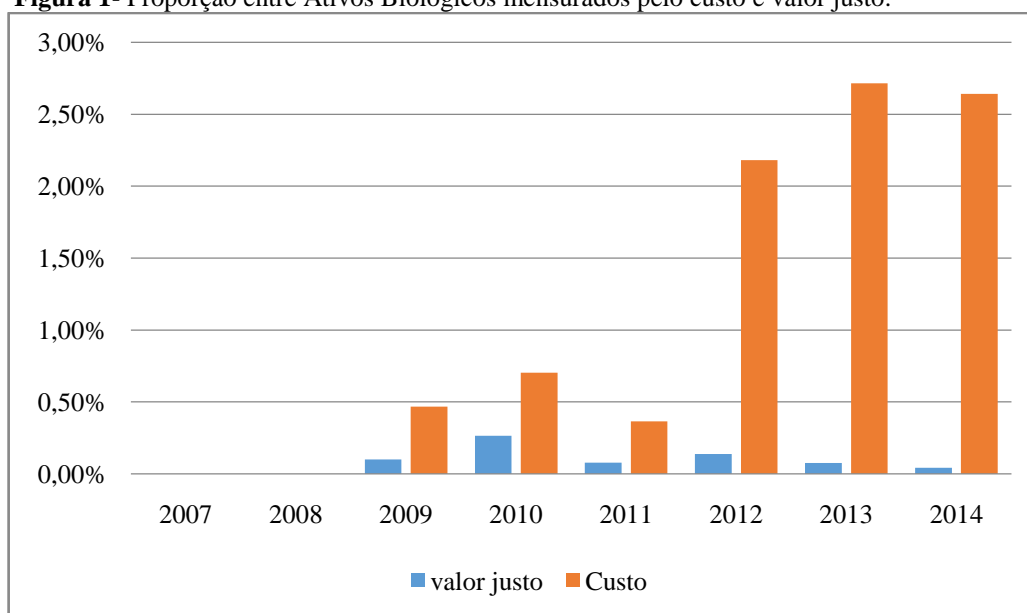
Fonte: Carvalho (2014) com adaptações.

No ano de 2007 e 2009 não havia a obrigatoriedade de utilização do CPC 29. Portanto os ativos biológicos da JBS eram mensurados pelo custo, mas com a promulgação do CPC 29 a empresa passou a utilizar o valor justo para avaliar o rebanho bovino que se encontra no Brasil, devido à existência de mercado ativo.

Os outros ativos biológicos produzidos no Brasil, assim como bovinos criados na Austrália e nos Estados Unidos são mensurados pelo custo. Os rebanhos bovinos que estão Itália e na Argentina são avaliados a valor de mercado. Observa-se nas notas explicativas da empresa uma divergência em relação às culturas temporárias no Brasil, no qual a empresa afirma mensura-las pelo custo, contudo soma os valores das culturas temporárias no grupo de ativos mensurados a valor justo.

Na figura 1 é demonstrada a proporção de ativos biológicos mensurados pelo valor justo e pelo custo no decorrer dos exercícios de 2007 a 2014.

Figura 1- Proporção entre Ativos Biológicos mensurados pelo custo e valor justo.



Fonte: Elaboração própria.

Para alcançar o resultado exposto no gráfico 1 dividiram-se os valores dos ativos biológicos mensurados pelo custo e dos ativos mensurados a valor justo pelo ativo total consolidado do exercício, encontrando as devidas proporções. Verifica-se no gráfico 1 que o método de custo é o mais utilizado pela JBS para mensurar os ativos biológicos e também é o que tem a maior proporção em relação ao ativo total consolidado. Nas demonstrações de 2009 a empresa não evidencia a segregação entre ativos biológicos avaliados pelo custo, dos ativos biológicos avaliados pelo valor justo.

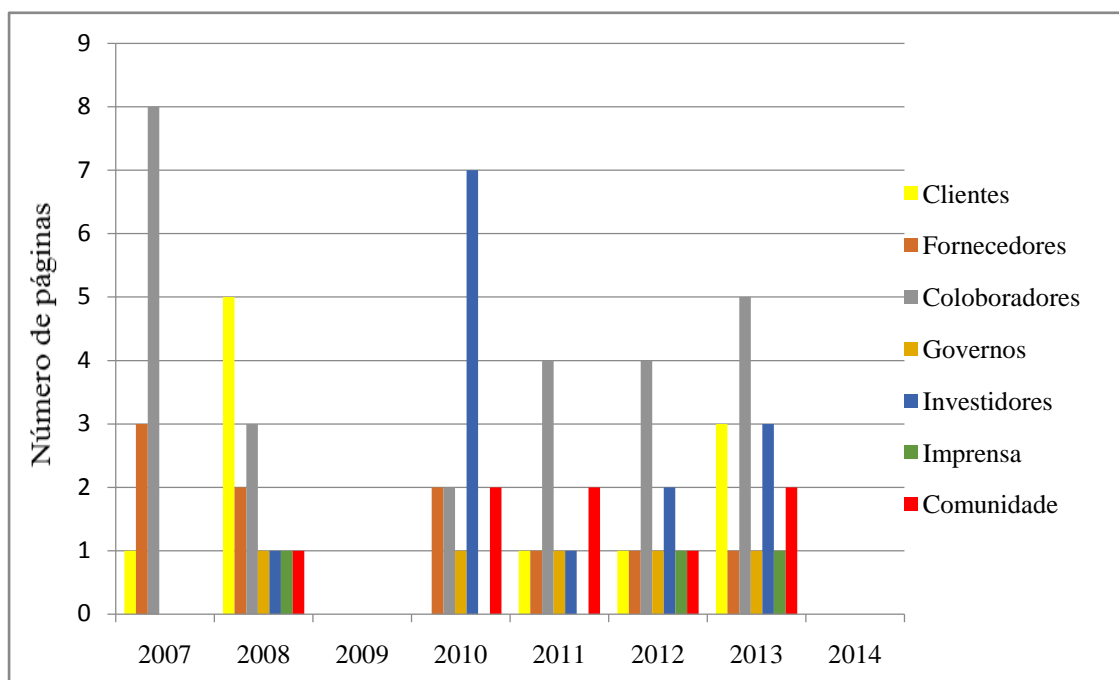
Sendo assim, os valores do ano de 2009 foram extraídos das notas explicativas das demonstrações de 2010 em que a empresa segregou e atualizou os valores de 2009, conforme determinou a Comissão de Valores Mobiliários. No de 2008 e 2007 também não havia a separação entre método de mensuração de ativos pelo custo e pelo valor justo. Entretanto, nas notas explicativas do balanço de 2009 pode-se verificar que os ativos biológicos eram todos

mensurados pelo custo. Contudo, não é possível saber o valor total dos ativos biológicos da empresa.

4.2 Disclosure Voluntário tendo como base os Relatórios Anuais e os Relatórios de Sustentabilidade

No gráfico abaixo é apresentado o número de páginas disponibilizadas no *disclosure* voluntário destinadas a cada grupo de *stakeholders*.

Figura 2- Relação entre o número dos relatórios para cada grupo de *stakeholders*.



Fonte: Elaboração própria.

No ano de 2007, as informações apresentadas no *disclosure* voluntário foram destinadas principalmente aos colaboradores da JBS. Vale destacar que, nesse período, a empresa passou a comercializar seus ativos financeiros na BOVESPA. Em 2007 a quantidade de *stakeholders* para quem a empresa destinava informações ainda era muito pequena se comparada aos anos seguintes.

Já no ano de 2008, observa-se um aumento na quantidade de *stakeholders* e na quantidade de informações apresentadas nos *disclosures* voluntários. Nesse ano, houve um aumento na quantidade de informações destinadas para os clientes. Tal forma de legitimação parece ser uma resposta à crise financeira mundial ocorrida no ano de 2008, obrigando estratégias de incentivos de consumo para que as receitas das empresas tivessem aumento.

No ano de 2010, os investidores obtiveram uma maior quantidade de informação nos *disclosures* voluntários da entidade. Observa-se, na época, uma redução da quantidade de informações destinadas para os colaboradores. No ano de 2011, as informações voltadas aos investidores reduziram, ao passo que as informações aos colaboradores aumentaram.

A quantidade de informações destinadas à comunidade não se altera de 2010 para 2011. Em 2012, os investidores e os colaboradores tiveram a maior atenção da empresa. Em 2013 colaboradores, investidores, comunidade e clientes receberam o maior número de informações. No quadro abaixo foi destacado o lucro líquido ou prejuízo líquido extraído das demonstrações dos resultados nos exercícios de 2007 a 2014.

Quadro 5- Resultado do exercício longo dos anos de 2007 a 2014

JBS	Resultado do exercício - Em milhares							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Prejuízo líquido	-R\$ 165,03	-	-	-R\$ 254.612,00	-R\$ 322.885,00	-	-	-
Lucro líquido	-	R\$ 25.939,00	R\$ 129.424,00	-	-	R\$ 762.890,00	R\$ 1.118.325,00	R\$ 2.406.427,00

Fonte: Elaboração própria.

Analisando a figura 2 com o quadro 5, constataram-se as seguintes evidenciações:

No ano de 2007 a JBS teve prejuízo de R\$ 165,032 milhões, nesse período as informações apresentadas no *disclosure* voluntário foram destinadas na maior parte aos colaboradores e fornecedores;

Em 2008, a JBS passou a gerar lucro no valor de R\$ 25,939 milhões, enquanto isso, no relatório anual do mesmo ano, destinou-se mais informações aos investidores se comparado ao ano de 2007;

Em 2010, a empresa teve prejuízo de R\$ 254.612 milhões, entretanto esse período os investidores tiveram o maior nível de informações. Vale destacar, que nesse período foi feito o investimento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) na JBS. Em reportagem do jornal Estadão publicada no sitio do jornal na internet Alexandre Rodrigues escreve:

“Há duas semanas, o frigorífico brasileiro JBS Friboi, maior empresa de carnes do mundo, colocou à venda um pacote de dois milhões de debentures no valor de R\$ 3,48 bilhões. Sem o aparente interesse do mercado financeiro, a BNDESPar empresa de participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, comprou 99,9% dos papéis”. (RODRIGUES, 2010)

No ano de 2011 a empresa voltou a gerar prejuízo no valor de R\$ 322.885 milhões, entretanto os investidores não tiveram o mesmo nível de informação de 2010. A empresa voltou a priorizar os colaboradores no *disclosure* voluntário.

Em 2012 a empresa volta a ter lucro e em contrapartida volta a aumentar a evidenciação para os investidores. O aumento do lucro associado ao aumento de informações aos investidores se repetiu no ano de 2013.

5 CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

O trabalho teve como objetivo geral: observar como vem sendo evidenciado o *disclosure* obrigatório e voluntário da JBS, tendo como base as demonstrações financeiras e os relatórios de sustentabilidade, respectivamente. Além disso, levantou-se a seguinte problemática: quais aspectos contábeis, no que diz respeito ao CPC 29, e socioambientais, no que se destina para os *stakeholders*, vêm sendo evidenciados pela JBS em seus relatórios voluntários e obrigatórios?

No que concerne a *disclosure* obrigatório pode se dizer que o CPC 29 incrementou a forma como a empresa vinha evidenciando os ativos biológicos. A obrigatoriedade de evidenciar os ativos biológicos que tem mercado ativo pelo valor justo, repercutiu na evidenciação dos ativos biológicos já mensurados pelo custo. A segregação foi positiva na medida em que aumentou o nível de informação para cada grupo. Verificou-se também, que os ativos biológicos avaliados pelo custo têm uma proporção maior no ativo consolidado se comparada aos ativos avaliados pelo valor justo.

No *disclosure* voluntário, observou-se que a JBS destinou um menor número de páginas aos investidores nos anos que apresentou prejuízo como 2007 e 2011. Exceto, no ano de 2010 quando foram emitidos mais de R\$ 3,48 bilhões em debêntures, títulos esse comprados pelo BNDES. Nesse exercício social, a empresa se dedicou a dar mais informações aos acionistas da empresa.

Ainda em relação ao *disclosure* voluntário, observou-se um aumento no número de informações destinadas aos *stakeholders* ao longo dos anos. O que demonstra que houve um interesse maior da empresa em se legitimar perante a esse grupo de interesse.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BASSETTO, Luci Inês. **A incorporação da responsabilidade social e sustentabilidade: um estudo baseado no relatório de gestão 2005 da companhia paranaense de energia - COPEL.** Gestão & Produção, v. 17, p. 639-651, 2010.

BECK, C., CAMPBELL, D. and SHRIVES, P. **Content analysis in environmental reporting research: enrichment and rehearsal of the method in a British-German context.** British Accounting Review, vol. 3, n.42, p. 207-222, 2010.

BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação.** Cadernos EBAPE. BR (FGV), v. 2, n.1, p. 01-14, 2004.

BEUREN, Ilse Maria; GUBIANI, Clésia Ana; SOARES, Maurélio. **Estratégias de legitimidade de Suchman evidenciadas nos relatórios da administração de empresas públicas do setor elétrico.** Revista de Administração Pública (Impresso) v. 47, p. 849-875, jul./ago. Rio de Janeiro 2013.

CALIXTO, Laura. **A divulgação de relatórios de sustentabilidade na América Latina: um estudo comparativo.** R.Adm, São Paulo, v.48, n.4, p.828-842, out./nov./dez. 2013.

CAMPOS, TaianeLas Casas. **Políticas para Stakeholders: um Objetivo ou uma Estratégia Organizacional?.** RAC, v. 10, n. 4, Out./Dez. 2006.

CARVALHO, Flavia Siqueira et al. **Ativos biológicos: evidenciação das empresas participantes do Ibovespa.** Revista custos e agronegócios. v. 9, n. 3 – Jul/Set - 2013.

CARVALHO, Hélio Ferreira de. **MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DE ATIVOS BIOLÓGICOS Uma Análise nas empresas brasileiras do setor de agronegócios e de alimentos processados do BM&FBOVESPA.** 2014.22 f. Dissertação (especialização em ciências contábeis). Universidade de Brasília. Brasília. 2014.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. **Pronunciamento técnico CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola.** Comitê de Pronunciamentos Contábeis, Brasília, Agosto de 2009.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC- **CPC-46 Valor justo.** Disponível em:<[HTTP://STAT:IC.CPC.MEDIAGROUP.COM.BR/DOCUMENTOS/395_CPC_46_REV%2006.PDF](http://STAT:IC.CPC.MEDIAGROUP.COM.BR/DOCUMENTOS/395_CPC_46_REV%2006.PDF)>. ACESSO EM: 30 DE MAIO DE 2015.

CPC. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis.** 2015. Disponível em:<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>. Acesso em: 12 de junho de 2015.

DIAS FILHO, José Maria. **Políticas de Evidenciação Contábil: Um Estudo do Poder Preditivo e Explicativo da Teoria da Legitimidade.** In: XXXI EnANPAD, 2007, Rio de Janeiro. Resumo dos Trabalhos do XXXI EnANPAD, 2007.

GARCIA, Roberto Luiz Mendonça; PELEIAS, Ivam Ricardo; PETERS, Marcos Reinaldo Severino. **A teoria da legitimidade e as práticas de evidenciação da norma ISO 14001 por**

empresas brasileiras. In: XIV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2014, São Paulo. Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA-USP, 2014. v. I. p. 1-15.

GRAY, R.; OWEN, D.; ADAMS, C. **Some Theories for Social Accounting? A review essay and tentative pedagogic categorisation of theorisations around social accounting.** *Advances in Environmental Management and Accounting*, vol.4, p. 1-54, 2010.

JBS. **Sobre a JBS.** Disponível em: http://www.jbs.com.br/pt-br/sobre_jbs. Acesso em: 18 de Maio de 2015.

LIMA, Diogo Henrique Silva de. **Análise do impacto da divulgação adicional de informações contábeis com o uso de recursos textuais e/ou gráficos sobre a percepção dos indivíduos quanto ao nível de *disclosure* de uma entidade.** 2012. 118 f. Tese de doutorado em Ciências Contábeis. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Rio Grande do Norte. 2012.

LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima. **Utilização da Teoria da Divulgação para Avaliação da Relação do Nível de *Disclosure* com o Custo da Dívida das Empresas Brasileiras.** São Paulo, 2007. 108 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LUSTOSA, Paulo Roberto Barbosa. **A (In) Justiça do Valor Justo: SFAS-157, Irving Fisher e Gecon.** In: X Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2010, São Paulo. Anais do X Congresso USP de Contabilidade, 2010.

LYRA, Galvão Mariana; GOMES, Ricardo Corrêa; JACOVINE, Laércio Antônio Gonçalves. **O Papel dos *Stakeholders* na Sustentabilidade da Empresa: Contribuições para Construção de um Modelo de Análise.** *RAC*, Curitiba, v. 13, Edição Especial, art. 3, p. 39-52, Junho 2009.

NORO, Greice de Bem, *et al.* **Sustentabilidade: uma visão baseada em Stakeholders.** VI Congresso Nacional de excelência em gestão, energia inovação, tecnologia e complexidade para a Gestão Sustentável. Niterói, Brasil. Agosto de 2010.

PENHA, Roberto Silva Da. **Nível de *disclosure* das empresas com perda de recuperabilidade de ativos à luz do CPC 01 e o impacto da perda nos indicadores econômicos-financeiros no período de 2009 a 2012.** 2014. 82 f. Tese de Mestrado em Ciências Contábeis. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Rio Grande do Norte. 2014.

RODRIGUES, Alexandre. **BNDES aposta R\$ 7,5 bi na Friboi.** Estadão. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,bndes-aposta-r-7-5-bi-no-friboi,511466>>. Acesso em : 4 de junho de 2015.

SILVA, Flávia Araújo e; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. **Estágio Atual de Evidenciação e Fatores que Influenciam o *Disclosure* de Informações por Segmentos por Empresas Brasileiras.** *RC&C. Revista de Contabilidade e Controladoria*, v. 4, p. 78-94, 2012.

TEIXEIRA, Carlos Honorato; CARVALHO, Daniel Estima; FELDMANN, Paulo Roberto. **A Internacionalização da JBS e uma discussão sobre o diamante de Porter**. Future StudiesResearchJournal, v. 2, n. 1, p. 175 - 194, Jan./jun. 2010.

TODESCHINI, Marcos; RIBEIRO Aline; SALOMÃO, Alexa. ÉPOCA. **A maior do Mundo. A JBS acaba de se tornar um conglomerado do setor de carnes presente em 23 países e com faturamento anual de US\$ 30 bilhões. Saiba como um pequeno açougue de Anápolis (GO) transformou-se na terceira empresa brasileira em receita, atrás apenas da Petrobras e da Vale. Seus desafios também crescem.** Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,ERT97236-16642,00.html>. Acesso em: 18 de Maio de 2015.